

Este número 61 do boletim *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho nos primeiros seis meses de 2016, comentando a evolução dos principais indicadores divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE). Complementarmente, serão utilizadas as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTb). O cenário de queda no nível de atividade e de inflação elevada no primeiro semestre de 2016 ditou o tom do comportamento do mercado de trabalho, que registrou uma piora sensível nos seus principais indicadores. A taxa de desemprego registrou um crescimento expressivo em 2016, sendo acompanhada de deteriorações também nos rendimentos e na informalidade. Além do texto de análise e do anexo estatístico, que traz recortes mais detalhados das informações que fundamentam a análise, integram também este volume as tradicionais seções *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Notas técnicas* é composta por dois textos. O primeiro, *Empregabilidade do trabalhador mais velho e reforma da previdência*, de autoria de Ana Amélia Camarano, propõe-se a analisar as condições de saúde dos trabalhadores brasileiros por setores de atividade em um cenário de envelhecimento da força de trabalho brasileira. Na última parte do texto, discutem-se algumas implicações das tendências aqui encontradas para a Previdência Social. O segundo texto, assinado por Maurício Reis e Joana Costa – *Jornada de trabalho parcial no Brasil*, tem como objetivo apresentar um panorama sobre a participação de jornadas em tempo parcial no mercado de trabalho brasileiro, em particular para alguns grupos da população, normalmente apontados como os principais beneficiários em potencial de políticas que incentivam a utilização de jornadas de trabalho parciais. Pretende-se também comparar a remuneração dos trabalhadores em regime parcial com a dos trabalhadores em regime integral, e avaliar em que medida os empregos em tempo parcial estão associados a remunerações mais baixas.

A seção *Política em foco* traz quatro textos que procuram contribuir para o embasamento do debate atual em torno do nosso conjunto de instituições e normas trabalhistas. O primeiro texto, *Duas diretrizes para a reestruturação do Sistema Nacional de Emprego*, de autoria de Vinicius Lobo e Viviani Anze, procura mostrar que uma carência regulatória afeta sobremaneira a efetividade das ações do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O texto traz recomendações para suprir tal carência e tornar mais efetiva a prestação de serviços na rede do Sine. Vale dizer que o assunto tem passado ao largo do debate atual, de forma equivocada, dada a sua importância. Os outros três textos falam de assuntos que estão na ordem do dia. O texto de Arnaldo Barbosa de Lima, Daniel Cavalcante e Igor Parente Pinto – *O fortalecimento das negociações coletivas*

*é indispensável para o crescimento da produtividade do trabalho no Brasil* – chama a atenção para a necessidade de se fortalecer a negociação coletiva no Brasil e as relações de trabalho e aumentar a produtividade. O texto embasa seus argumentos trazendo evidências para outros países. Um ator essencial para o fortalecimento das relações trabalhistas é o sindicato. Com isso, os dois últimos textos vêm discutir aspectos relacionados à estrutura sindical brasileira. O texto de Admilson Moreira dos Santos, *Pragmatismo na reforma sindical: qual deve ser o foco?*, elenca aspectos que devem ser levados em consideração em uma eventual reforma da estrutura sindical, para que se consiga justamente fortalecer a negociação coletiva. De forma complementar, o texto de André Gambier Campos, *Sindicatos no Brasil: há possibilidades de transformação e fortalecimento no futuro próximo?*, questiona a representatividade da estrutura sindical atual – condição necessária para o sucesso no campo das relações de trabalho.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três textos que finalizam a discussão em torno dos dados do 2º Mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTb), discussão esta que vem sendo realizada desde o número 57. Para isso, os textos tratam não apenas da pesquisa principal do mapeamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), como também de outras duas pesquisas que ocorreram quase que paralelamente: uma junto aos sócios e sócias dos EES e a outra junto às entidades de apoio e fomento à economia solidária.

O primeiro texto é de autoria de Daniel Nogueira Silva e Sylvio Antonio Kappes, intitulado *Economia Solidária, informalidade e direitos trabalhistas*. Neste, são utilizados tanto os dados da pesquisa junto aos EES, como também a dos sócios e sócias. Os autores abordam diferentes temáticas referentes à condição de trabalho nos EES, tais como: a importância da renda gerada nos empreendimentos, a jornada de trabalho, o grau de formalidade, entre outras dimensões importantes. O segundo texto traz o trabalho de Patrícia Sorgatto Kuyven, com o título *Aderência e tendência dos trabalhadores da economia solidária no Brasil*. Nele, a autora abordou, com base nos dados da pesquisa junto a sócios e sócias, as várias dimensões sobre as quais os trabalhadores aderem às diferentes ocupações nos EES, além de tratar do perfil desses trabalhadores durante sua vida laboral.

Por fim, o terceiro texto tem como título *Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória*, com a autoria de Sandro Pereira Silva. Esse texto vale-se dos dados referentes à pesquisa realizada junto às Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) à economia solidária nas diferentes regiões brasileiras. Ao todo foram coletados dados de 439 EAFs, em 15 estados. De porte desses dados, o autor pôde traçar um diagnóstico básico sobre as características organizacionais, natureza jurídica, área de abrangência de atuação, vínculos sociais e os tipos de assessoramento que essas entidades desenvolvem junto aos EES brasileiros.